

ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR: EXPERIÊNCIAS NO PROJETO ABRIGANDO A CIDADANIA

Coordenador: LUIZA HELENA MALTA MOLL

O compromisso de estudantes de graduação em Direito com a realização da Universidade através da prática de extensão e pesquisa universitárias é o que caracteriza os projetos que desenvolvem a Assessoria Jurídica Universitária. Essa forma de extensão universitária, realizada pelos estudantes de Direito, tem referenciais teóricos claros que orientam e questionam a prática desenvolvida. Como consequência dessa reflexão crítica permanente, há a necessidade de utilização de metodologia própria que objetiva a uma construção dialógica e coletiva do conhecimento, sem imposições sobre as verdades científicas e dogmáticas do Direito, trabalhando no sentido de colocá-lo permanentemente em contato com a realidade social. Para tanto, a opção pelo contato com as pessoas e comunidades socialmente excluídas vem no sentido de problematizar quais as razões para que grande parte da sociedade não tenha seus direitos respeitados, efetivados e garantidos. Sendo o Estado, o Direito e o Judiciário espaços tidos como de afirmação de direitos e resolução de conflitos, surge todo tipo de questionamento quando, sistematicamente, nenhum daqueles consegue operar para a consolidação da democracia, para a construção de uma justiça material. Dentro deste contexto, observa-se que através da problemática da moradia, diversos outros problemas sociais, políticos, econômicos e jurídicos são abordados. Além disso, a partir de 2001, com o advento do Estatuto da Cidade, inúmeros instrumentos novos são criados e políticas públicas exigidas para a efetivação do Direito à Moradia. Por essa razão, fez-se a opção de trabalhar a questão urbana com as pessoas e comunidades que vivem em área de ocupação irregular e/ou tem condições de moradia precárias. A atividade de assessoria jurídica popular, realizada no Projeto Abrigando a Cidadania, dessa forma, constrói, a partir da realidade social dos envolvidos uma prática de educação popular voltada para a conscientização acerca das questões envolvidas, capacitação das comunidades para que, conhecendo os instrumentos políticos e jurídicos possam, elas próprias, levar adiante as suas demandas, pressionando o poder público, organizando-se e reivindicando seus legítimos direitos. Como prática de extensão universitária que é, a assessoria jurídica popular tem resultados muito significativos na formação dos que nela se envolvem, influenciando um acúmulo muito grande no que diz respeito à educação, à reflexão sobre a concepção de universidade, à escolha profissional, à produção do conhecimento universitário e a própria postura perante a sociedade em

geral. Finalmente, há grandes resultados acadêmicos, em razão da formação diferenciada e da postura crítica em relação ao conhecimento produzido e reproduzido dentro da universidade que a prática de assessoria jurídica universitária nos proporciona, acarretando, necessariamente, na construção de um Direito justo e humanitário.